

A credibilidade do Congresso

MELHOR seria que os Presidentes da Câmara e do Senado não tivessem precisado requisitar uma cadeia de rádio e TV para a defesa do Congresso perante a opinião pública, pois essa simples necessidade de explicação revela a ocorrência de algo de anormal nos procedimentos da instituição parlamentar ou pelo menos um desagradável desencontro entre as verdades do Poder Legislativo e as reações do julgamento coletivo a seu respeito.

MAS DESDE que os dois dirigentes do Congresso se convenceram dessa exigência de contra-ofensiva esclarecedora e didática, não se pode negar que prestaram um serviço importante aos interesses do Legislativo e do processo brasileiro de redemocratização.

A CREDIBILIDADE política e moral do Congresso tem que manter-se como um valor institucional altamente preservado. Tentar abalá-la e, mais ainda, submetê-la ao achincalhe público, não há dúvida de que significa fornecer espaço ao sôfrego exercício do saudosismo autoritário e de todas aquelas formas de obscurantismo que conseguem vicejar mesmo nos períodos de estabilidade do regime democrático.

TUDO leva a crer, entretanto, que aconteceu no País um espetáculo de equívocos. A instituição parlamentar em si mesma e como um todo não estava em causa no bombardeio crítico imposto a comportamentos eventuais e isolados dentro da Câmara e do

Senado, ou até a decisões regimentais adotadas pelas Mesas das duas Casas Legislativas. Tampouco faz sentido dizer-se que houve uma campanha orquestrada da imprensa para enfraquecer e desmoralizar o Congresso. Lembremo-nos de que a gota d'água da crise partiu da situação criada por um jornal de minúscula circulação e nenhuma influência, precisamente de propriedade de um deputado que detinha um dos primeiros lugares na lista dos ausentes às sessões da Câmara.

A IMPRENSA responsável e influente trouxe à baila a prática de atitudes e vícios parlamentares muito mais no propósito de vê-los corrigidos do que de escandalizá-los, em detrimento da credibilidade do Congresso. Encontraremos aqui e ali a censura excessiva, deformada e impiedosa, sem constituir porém a posição nuclear dos jornais brasileiros. A linha editorial do GLOBO, por exemplo, tem primado por deixar bem claro que o esvaziamento do plenário parlamentar, o pagamento de jetons a congressistas faltosos, a tolerância da Mesa da Câmara no episódio de fraude na votação eletrônica e em relação ao empreguismo, que tudo isso representa aspectos tópicos no desempenho do Poder Legislativo, inclusive sujeitos a certos anátemas por via da desinformação. Batemos na tecla de que o plenário da Câmara e do Senado não passa de um dos segmentos da estrutura parlamentar e que os congressistas também exercem compativelmente as suas atribuições nas Comissões técnicas, nos seus gabinetes, nas repartições públicas, nas suas bases eleitorais.

NINGUÉM é representante do povo apenas no horário do expediente e no recinto da instituição. Do contrário, as imunidades parlamentares não alcançariam o deputado e o senador ausentes das sessões ou longe de Brasília. A qualquer hora, em qualquer lugar e sob qualquer circunstância o mandatário popular está sob a chancela de sua delegação.

ULYSSES GUIMARÃES e José Fragelli prestaram esclarecimentos úteis à compreensão pública e foram elegantes ao ponto de não procurarem se eximir de erros que receberam como herança de administrações passadas, como o do empreguismo desvairado. Ambos se preocuparam em defender a instituição em seu papel e valor históricos e permanentes.

A O MESMO tempo os Presidentes da Câmara e do Senado assumiram implicitamente perante a sociedade brasileira a responsabilidade democrática e cívica de se empenharem em reduzir, ao mínimo, os excessos e desvios do processo legislativo e parlamentar. Pois não basta apresentar os dados estatísticos da produtividade dos congressistas, nem lembrar os momentos gloriosos do Congresso na campanha pelo retorno à democracia e da fundação da Nova República. Além disso, há que zelar pelo dia-a-dia da condução da instituição, buscar o aperfeiçoamento progressivo dos seus mecanismos de representação popular e de ação legiferante, defender a todo transe o território democrático por excelência das incursões manifestas ou encobertas do vilipêndio.